

ORGANIZADORES

**Carolina Zancaner Zockun
Flávio Garcia Cabral
Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli**

QUESTÕES ATUAIS SOBRE
contratações
públicas

AUTORES

Ana Lídia Soares Vasconcelos	Mariana Bezerra Nóbrega Serquiz de Azevedo
Carlota Vargas Buranello	Mariana Sena Vieira Paupério Pereira
Carolina Zancaner Zockun	Matheus Vianna de Carvalho
Débora de Brito Lousano	Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli
Elmo José Duarte de Almeida Júnior	Pedro Dias de Oliveira Netto
Flávio Garcia Cabral	Priscila Prado Garcia Cecchi
Lucas Vasconcelos Perrone	Renata Melo Pacheco
Lúcio Cândido da Silva	Rosane Blanco Ozório Bomfiglio
Luiz Emmanuel Gois de Araújo	Rubens Quaresma Santos
Marcos Nóbrega	

Questões Atuais Sobre Contratações Públicas: Inovação, Interesse Público e Segurança Jurídica

©Orgs: Carolina Zancaner Zockun, Flávio Garcia Cabral, Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli

EDITORA MIZUNO 2025

Revisão: Maria Aparecida Nasser

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
Q5	Questões atuais sobre contratações públicas: inovação, interesse público e segurança jurídica / Organização de Carolina Zancaner Zockun, Flávio Garcia Cabral, Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli. – Leme-SP: Mizuno, 2025. Autores: Ana Lídia Soares Vasconcelos, Carlota Vargas Buranello, Carolina Zancaner Zockun, Débora de Brito Lousano, Elmo José Duarte de Almeida Júnior, Flávio Garcia Cabral, Lucas Vasconcelos Perrone, Lúcio Cândido da Silva, Luiz Emmanuel Gois de Araújo, Marcos Nóbrega, Mariana Bezerra Nóbrega Serquiz de Azevedo, Mariana Sena Vieira Paupério Pereira, Matheus Vianna de Carvalho, Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli, Pedro Dias de Oliveira Netto, Priscila Prado Garcia Cecchi, Renata Melo Pacheco, Rosane Blanco Ozório Bomfiglio, Rubens Quaresma Santos. 292 p.; 16 X 23 cm ISBN 978-85-7789-720-9 1. Contratos administrativos. I. Zockun, Carolina Zancaner (Organizadora). II. Cabral, Flávio Garcia (Organizador). III. Antinarelli, Mônica Éllen Pinto Bezerra (Organizadora). IV. Título. CDD 343.207
Índice para catálogo sistemático I. Contratos administrativos	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

PLATAFORMAS DIGITAIS E A TEORIA DOS LEILÕES: UM PANORAMA SOB A PERSPECTIVA DA INOVAÇÃO NA DISPUTA ENTRE OS LICITANTES	23
Marcos Nóbrega Pedro Dias de Oliveira Netto	
1 Introdução	23
2 Infraestruturas públicas digitais e o seu impacto econômico e social	24
3 A dinâmica dos leilões	29
4 Novos contornos para a atuação dos licitantes em plataformas digitais	34
5 Considerações finais	38
6 Referências	40
 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 52, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025: O “MARKET PLACE DIGITAL” DO GOVERNO FEDERAL?	43
Mônica Éllen Pinto Bezerra Antinarelli	
1 Introdução	43
2 Inovação como premissa na Lei 14.133, de 2021	45
3 Experiências internacionais em e-marketplace	49
4 O formato da IN SEGES/MGI 52, de 2025	57
5 Conclusão	63
6 Referências	64
 QUAL A MODALIDADE LICITATÓRIA A SER USADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES?	67
Flávio Garcia Cabral Lucas Vasconcelos Perrone Luiz Emmanuel Gois de Araújo	
1 Introdução	67
2 Posicionamentos anteriores à Lei nº 14.133, de 2021	68
3 Interpretação adequada à luz da Lei nº 14.133, de 2021	70

4 Posições mais recentes do Tribunal de Contas da União	78
5 Considerações finais	80
6 Referências	81

O ENQUADRAMENTO SINDICAL NAS TERCEIRIZAÇÕES PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO DE REMUNERAÇÃO COMO MEDIDA PROTETIVA AO TRABALHADOR . 83

Carolina Zancaner Zockun | Mariana Bezerra Nóbrega Serquiz de Azevedo | Priscila Prado Garcia Cecchi

1 Introdução	84
2 Breves aspectos sobre a terceirização na Administração Pública	85
3 Modelo de enquadramento sindical adotado no Brasil e sua implicação nos procedimentos licitatórios para contratação de serviços terceirizados	94
4 Fixação de preços mínimos para a remuneração dos trabalhadores no edital da licitação e inclusão de outros benefícios de natureza trabalhista ou social considerados essenciais à dignidade do trabalho	100
4.1 Outras medidas para mitigar riscos decorrentes da contratação de serviços terceirizados	104
5 Conclusões	107
6 Referências	109
7 Bibliografia complementar	110

A QUESTÃO DO SEGURO-GARANTIA NOS CONTRATOS PÚBLICOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA 112

Carlota Vargas Buranello

1 Introdução	112
2 Do seguro-garantia nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra: curto histórico da legislação, pareceres de consultorias jurídicas e circulares SUSEP	114
3 Da Circular Susep nº 662, de 2022	120
4 Da responsabilidade trabalhista da Administração nos contratos de terceirização	122
5 De volta ao seguro-garantia e sobre a cobertura do prejuízo da Administração	126
6 Alternativas para mitigação do risco de prejuízo à Administração	133
7 Conclusões	134
8 Referências	136

CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E DO CÁLCULO SALARIAL DE ENGENHEIROS TERCEIRIZADOS EM CONTRATOS COM A UNIÃO (REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA)

Débora de Brito Lousano | Priscila Prado Garcia Cecchi | Renata Melo Pacheco

1 Introdução	137
2 Noções básicas acerca de enquadramento sindical e CCT aplicável à relação empregatícia	138
3 Da aplicabilidade da Lei nº 4950-A, de 22 de abril de 1966	147
4 Do cálculo do salário inicial e do método de reajuste do salário dos engenheiros	153
5 Conclusão	154
6 Referências	156

O SANEAMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO COMO FORMA DE LEGALIZAR A PRORROGAÇÃO INTEMPESTIVA NOS CONTRATOS DE ESCOPO

Mariana Sena Vieira Paupério Pereira

1 Introdução	157
2 Contrato de escopo	159
3 Da regra da impossibilidade de prorrogação após o término do contrato e da prorrogação nos contratos de escopo	160
4 Excepcionalidades admitidas pelo TCU nos contratos de escopo	162
5 O saneamento dos atos administrativos à luz os princípios da eficiência e da economicidade	164
6 Conclusão	171
7 Referências	172

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA EM CONTRATOS DE FORNECIMENTOS CONTÍNUOS: (P)REVISÕES DOS QUANTITATIVOS INICIALMENTE PACTUADOS?

Elmo José Duarte de Almeida Júnior

1 Introdução	175
2 Diferenciação entre contratos de prestação de serviços contínuos, fornecimento contínuo e de escopo	177
3 Prorrogação do prazo de vigência dos contratos de fornecimento contínuo e (p)revisão das quantidades inicialmente estabelecidas	181
4 Considerações finais	184
5 Referências	186

A PROBLEMÁTICA DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE TERCEIRIZAÇÃO 187

Rubens Quaresma Santos

1 Introdução	187
2 A responsabilidade administrativa pelo cumprimento das obrigações trabalhistas	190
3 As férias e o mês de seu gozo	193
4 Conclusão	204
5 Referências	205

A SUBSTITUIÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES 207

Lúcio Cândido da Silva

1 Introdução	207
2 Da Formalização do Contrato Administrativo	208
3 Conclusão	218
4 Referências	219

ASPECTOS RELEVANTES SOBRE AS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS ... 221

Rosane Blanco Ozório Bomfiglio

1 Introdução	221
2 Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e licitações sustentáveis. Conceitos	223
3 Formas de intervenção do estado na economia	225
4 A importância da atuação do estado na proteção do meio ambiente	230
5 Princípios aplicáveis às licitações sustentáveis	232
5.1 Princípio da Vantajosidade	232
5.2 Princípios da Economicidade e Eficiência	235
5.3 Princípio da Isonomia e da Competitividade	238
5.4 Princípio da Razoabilidade	240
6 As licitações sustentáveis na administração pública federal	242
6.1 Fundamentação	242
6.2 Procedimento. Algumas orientações	245
7 Conclusão	252
8 Referências	254

O REGIME JURÍDICO DOS PORTOS SECOS NO BRASIL 257

Ana Lídia Soares Vasconcelos

1 Introdução	257
2 Histórico Normativo	258

3	Judicializações e precariedade contratual	261
4	O conceito de serviço público	266
5	Conclusão	271
6	Referências	271

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS COMO MEIO DE EXTENSÃO DE PENALIDADE ... 273

Matheus Vianna de Carvalho

1	Introdução	274
2	Evolução Histórica da Desconsideração da Personalidade Jurídica	276
3	Hipóteses de Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021)	281
4	Procedimento para Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)	284
5	A Extensão das Penalidades Administrativas com Foco na Desconsideração da Personalidade Jurídica na Lei nº 14.133, de 2021.	288
6	Conclusão	289
7	Referências	291